



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 1º de maio de 2024

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
1,12% São Paulo	124.645 25/4 26/4 29/4 30/4	R\$ 5,192 (+ 1,51%)	R\$ 1.412	R\$ 5,542	10,65%	10,46%	IPCA do IBGE (em %)
1,49% Nova York		Últimos					Outubro/2023 0,24
		24/abril 5,148					Novembro/2023 0,28
		25/abril 5,163					Dezembro/2023 0,56
		26/abril 5,116					Janeiro/2024 0,42
		29/ABRIL 5,115					Fevereiro/2024 0,83

MERCADO DE TRABALHO

Desemprego cai para 7,9% no 1º trimestre

A taxa é a menor registrada na série histórica do IBGE, para o período entre janeiro e março, desde 2014.

» RAFAELA GONÇALVES

A taxa de desemprego no Brasil foi de 7,9% no trimestre encerrado em março, uma alta de 0,5 ponto percentual em relação ao trimestre encerrado em dezembro de 2023, quando estava em 7,4%. Apesar da alta na comparação trimestral, essa taxa de desocupação foi a menor já registrada para um trimestre encerrado em março desde 2014, quando chegou a 7,2%, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mesmo trimestre de 2023, a taxa de desemprego estava em 8,8%. Segundo Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, esse panorama caracteriza um movimento sazonal da força de trabalho no primeiro trimestre do ano. “O movimento sazonal deste trimestre não anula a tendência de redução da taxa de desocupação observada nos últimos dois anos”, afirmou.

Para Igor Cadilhac, economista do PicPay, esse é mais um resultado que mostra a resiliência do mercado de trabalho brasileiro, que atualmente se encontra em seu nível mínimo. “Apesar dessa expansão, na análise dos dados dessazonalizados, observamos um recuo para 7,4% nos nossos cálculos”, ponderou.

Ele destacou uma mudança significativa na dinâmica da ocupação. “Anteriormente, o bom desempenho do mercado de trabalho estava se dando pela expansão do número de pessoas trabalhando. Agora, esses números seguem sólidos, mas é o terceiro mês em que eles pioraram. Entre as hipóteses levantadas para as mudanças ocorridas no último trimestre estão o aumento da proporção de idosos na composição etária e as transferências governamentais de renda”, disse o economista, que acredita que esse cenário pode estar contribuindo para a saída de pessoas da força de trabalho.

Rendimento

O rendimento médio das pessoas ocupadas chegou a R\$ 3.123, com alta de 1,5% no trimestre e de 4,0% na comparação anual. Entre os grupamentos de atividade investigados, as altas mais expressivas foram nos setores de transporte, armazenagem e correio.

A massa de rendimento real habitual, que é a soma dos rendimentos de toda a população ocupada no país, foi estimada em R\$ 308,3 bilhões. O resultado teve variação inexpressiva frente ao trimestre encerrado em dezembro de 2023 e cresceu 6,6% na comparação anual.

Segundo Cadilhac, a alta dos rendimentos pode ser explicada pela falta de reajuste condizente durante a pandemia e o bom comportamento dos preços, que contribuiu para uma correção acima da inflação. “Sendo assim, esse cenário, em conjunto com o desemprego baixo, tem contribuído para uma massa de rendimentos robusta. Pensando, agora, nas suas implicações para o cenário de médio prazo, a dinâmica inflacionária traz alguma preocupação, sobretudo com a nova regra do salário mínimo”, avaliou.

Carteira assinada

Mesmo com redução da população ocupada, o número de trabalhadores com carteira assinada não teve variação significativa na comparação com o trimestre móvel anterior, permanecendo em 38 milhões. A estabilidade do emprego com carteira no setor privado, em um trimestre de redução da ocupação como um todo, é uma sinalização importante de manutenção de ganhos na formalização da população ocupada.

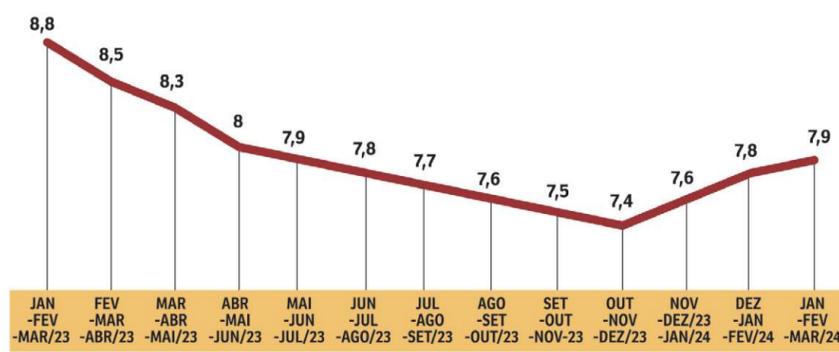
De acordo com dados do Caged, o Brasil abriu 244.315 vagas de emprego formal em março. O resultado representa melhora de 25,7% em relação a março do ano passado, quando foram criados 194,37 mil empregos com carteira assinada.

No acumulado do ano, o saldo do 1º trimestre foi de 719.033 postos de trabalho, sendo positivo em todos os cinco grandes agrupamentos econômicos e em 25 das 27 Unidades da Federação. Já nos últimos 12 meses, o saldo foi de 1.647.505 postos de trabalho, 182.164 empregos a mais do que o saldo do ano de 2023.

Para André Colares, CEO da Smart House Investments, o Caged menor indica uma desaceleração na recuperação do mercado de trabalho. “Embora ainda presente um dado positivo, essa diminuição pode ser interpretada como uma normalização após

Evolução da taxa de desemprego

ÍNDICE NO TRIMESTRE (Em %)



Taxa de desocupação: **7,9%**

População desocupada: **8,6 milhões de pessoas**

População ocupada: **100,2 milhões**

População fora da força de trabalho: **66,9 milhões**

População desalentada: **3,6 milhões**

Empregados com carteira assinada: **37,98 milhões**

Empregados sem carteira assinada: **13,4 milhões**

Trabalhadores por conta própria: **25,4 milhões**

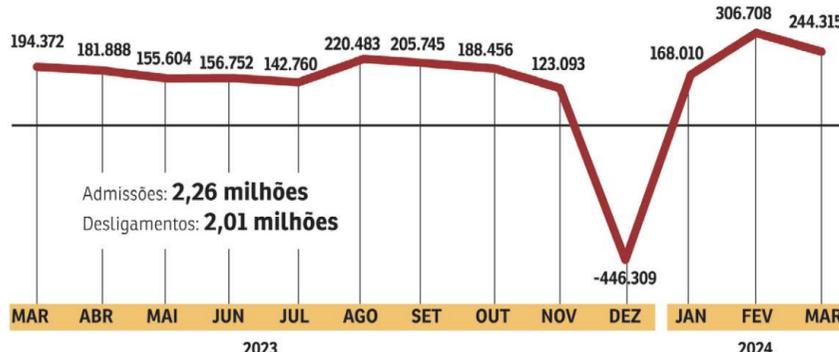
Trabalhadores domésticos: **5,9 milhões**

Trabalhadores informais: **38,9 milhões**

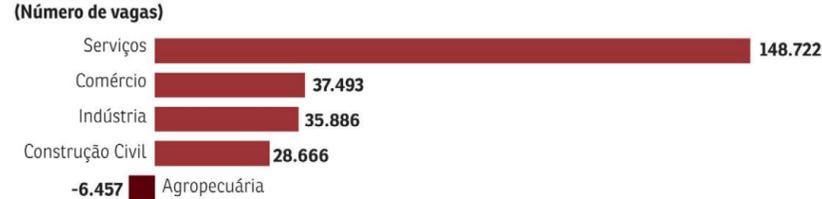
Taxa de informalidade: **38,9%**

VAGAS COM CARTEIRA ASSINADA

O Brasil abriu 244.315 vagas de emprego formal em março, segundo dados do Caged



SALDO POR SETOR (Número de vagas)



Fontes: Pnad e Caged.

uma rápida recuperação”, destacou. Apesar de ser um número menor, o indicador é considerado positivo, pois oferece espaço para o Banco Central (BC) reduzir a taxa básica de juros sem estar tão pressionado por dados robustos de geração de emprego. Para o executivo, esse cenário é visto como um “remédio amargo”, porém positivo.

Em coletiva de imprensa para apresentação dos dados, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, comemorou a robustez do mercado de trabalho e voltou a criticar o patamar atual da taxa básica de juros (Selic). “Acho uma aberração econômica os chamados ditos especialistas chamarem a atenção para risco inflacionário.

A inflação está sob controle. A questão do preço dos alimentos se resolve”, comentou.

A Pnad é uma pesquisa mais completa sobre o comportamento e situação dos brasileiros, especialmente pela grande quantidade de trabalhadores informais. O Caged, por sua vez, é a fonte mais recomendada para os dados de emprego formal.

Renda desigual

» ROSANA HESSEL

Levantamento feito pela Oxfam em 31 países, entre 2020 e 2023, mostra que a desigualdade salarial só aumentou, enquanto os pagamentos de dividendos cresceram 15 vezes mais do que os salários dos trabalhadores. O relatório da entidade sobre os dados da Global Living Wage Coalition (GLWC) de países da África, Ásia e América Latina revela que, após o ajuste pela inflação, os pagamentos totais de dividendos aumentaram 45% (US\$ 195 bilhões) em 31 países no período pesquisado, enquanto os salários cresceram apenas 3%.

Segundo a GLWC, apenas dois países pesquisados têm um salário mínimo acima de um salário digno — uma remuneração que, segundo a entidade, permite que os trabalhadores supram suas necessidades básicas, como moradia, alimentação, saúde, vestuário e transporte.

Os salários mínimos, em média, fornecem apenas 38% do salário necessário para um salário digno. O salário mínimo de Bangladesh fornece apenas 6% de um salário digno e, em Gana, fornece apenas 12%, conforme o estudo.

O estudo ainda mostra que um em cada cinco trabalhadores no mundo recebe um salário abaixo da linha de pobreza de US\$ 3,65 por dia. Além disso, 66% dos trabalhadores em países de baixa renda recebem salários de miséria. O Afeganistão (22%) e o Sri Lanka (9%) registraram alguns dos maiores aumentos na taxa de subemprego atingindo a linha de pobreza de US\$ 6,85 por dia.

“Os lucros das empresas e os pagamentos aos acionistas aumentaram exponencialmente, enquanto os salários permanecem baixos. Milhões de pessoas têm empregos que as mantêm em um ritmo de trabalho intenso, mas que não garantem recursos suficientes para alimentação, remédios e outros itens básicos. Os superricos não ganham suas mega-fortunas ‘trabalhando’ — eles tiram esse dinheiro das pessoas que trabalham”, disse o diretor-executivo interino da Oxfam International, Amitabh Behar, em nota divulgada à imprensa.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Dívida pública cresceu 0,65%, segundo o Ministério da Fazenda

CONTAS PÚBLICAS

Dívida cresce e alcança R\$ 6,3 trilhões, diz Tesouro

A dívida pública federal subiu 0,65% em março ante fevereiro, alcançando o estoque de R\$ 6,64 trilhões. Segundo os dados do Relatório Mensal da Dívida (RMD) divulgado pelo Tesouro Nacional, a alta foi de R\$ 43,08 bilhões no período. O indicador é tido como uma das principais referências para a avaliação da

capacidade de pagamento do país pelas agências globais que avaliam o grau de investimento.

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) alcançou R\$ 6,36 trilhões, alta de 0,67%. A Dívida Federal Externa, por sua vez, somou R\$ 276,73 bilhões (US\$ 55,39 bilhões), alta de 0,21%. De acordo com o

Tesouro, o crescimento no estoque da dívida é explicado por um resgate líquido de R\$ 13,4 bilhões e uma apropriação de juros de R\$ 56,94 bilhões.

De acordo com o economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, mudanças mensais são mais sensíveis à volatilidade de liquidez no mercado de títulos públicos e de câmbio e à estratégia do Tesouro Nacional na rolagem da dívida pública. No entanto, a trajetória de médio e longo prazos é de continuidade da elevação da relação dívida

pública/PIB. “Tal trajetória deve continuar pelo menos até o fim desta década”, disse.

A dívida pública é emitida pelo governo federal para cobrir o déficit orçamentário. “O governo está com dificuldade de realizar o ajuste das contas públicas. De outro lado, o patamar da dívida é alto, na comparação com outros países emergentes. Para aumentar a complexidade, o Brasil apresenta uma das maiores taxas reais de juros do mundo, o que joga o custo da rolagem da dívida lá no alto”, avaliou Viana. (RG)